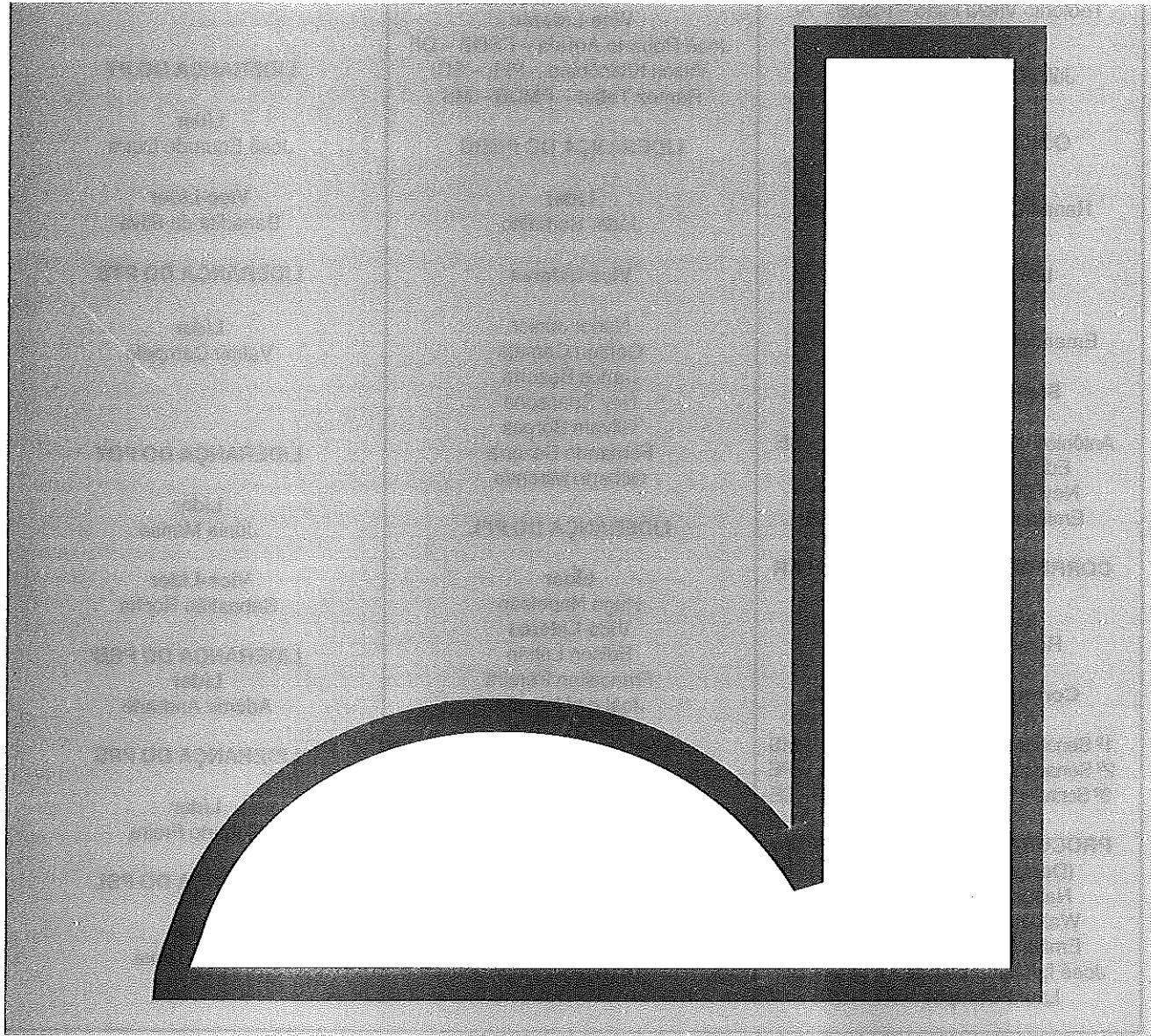




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LI - N° 200

SÁBADO, 26 DE OUTUBRO DE 1996

BRASÍLIA - DF

<p>MESA Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPB – MS</p> <p>4º Secretário Emandes Amorim – PMDB – RO</p> <p>Suplentes de Secretário Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emilia Fernandes – PTB – RS</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p>Corregedores – Substitutos (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Holland – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Ornelas – PFL – BA Emilia Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF</p>	<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitacio Cafeteira</p> <p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Júnia Marise</p> <p>Vice-Líder Sebastião Rocha</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Ademir Andrade</p> <p>LIDERANÇA DO PPS</p> <p>Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSL</p> <p>Líder Romeu Tuma</p>
---	---	---

<p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf</p>	<p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p>EXPEDIENTE</p> <p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>
--	--	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 181ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 25 DE OUTUBRO DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR *VALMIR CAMPELO* – Premência da reparação da injustiça feita aos servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, que não tiveram a possibilidade de integrar-se ao Sistema de Carreira da Pesquisa Científica e Tecnológica, por não ter sido o mencionado Instituto inserido na Lei nº 8.691/93, que em seu primeiro artigo enumera as instituições consideradas de pesquisa científica e tecnológica.....

17674

SENADOR *LÚCIO ALCÂNTARA* – Abertura da XV Feira do Livro de Brasília, hoje à noite. Comentando artigo publicado no jornal semanal *Se7e Dias da Semana*, de Brasília, do editor Victor Alegria, intitulado "Bill Clinton – 3 bilhões de dólares para incentivo à leitura – por quê?", sobre programa norte-americano para o aperfeiçoamento da leitura. Importância do programa Pró-Ler para o desenvolvimento intelectual do brasileiro.....

17674

1.2.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ADEMIR ANDRADE* – Protestos contra a violência da Polícia Federal e a utilização das Forças Armadas Brasileiras, por deliberação do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no desalojamento dos garimpeiros de Serra Leste e Serra Pelada.....

17677

SENADOR *ODACIR SOARES* – Complementando informações trazidas à Casa, em pronunciamento do último dia 22, sobre o Relatório Final do Projeto BRA nº 87/022 – Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária, hoje enfocando os indicadores comparativos do desempenho sócio-econômico, capitalização nos assentamentos, distribuição de renda, desistência e abandonos e conclusões e recomendações.....

17678

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 174ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 22 de outubro de 1996, e publicada no *Diário do Senado Federal* do dia subsequente.....

17681

3 – ATA DE COMISSÃO

17ª Reunião Ordinária da Comissão Diretora, realizada em 24 de outubro de 1996.....

17682

4 – MESA DIRETORA

5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 181ª Sessão Não Deliberativa, em 25 de outubro de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência do Sr. Nabor Júnior

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo, por 20 minutos.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, o que me traz hoje a esta tribuna é uma grande injustiça. Ou melhor: a necessidade de corrigir uma grande injustiça.

Trata-se, Sr. Presidente, da flagrante omissão perpetrada pela Lei nº 8.691, de 1993. No artigo primeiro, esse diploma legal enumera as instituições consideradas de pesquisa científica e tecnológica. Por um lapso, omitiu o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, mais conhecido pela sigla Inep.

Com isso, os servidores daquele instituto sofreram grave prejuízo. Eles, simplesmente, não tiveram a possibilidade de integrar-se, como seria justo, ao Sistema de Carreira da Pesquisa Científica e Tecnológica.

Tão logo foi verificada a falha, os funcionários prejudicados recorreram administrativamente da omissão. Isso em 1993. Até hoje, Sr. Presidente, três anos depois, o Processo 4604000837/93-80, em pauta, tramita no Ministério da Educação e do Desporto.

Ninguém sabe o porquê da lentidão. No processo, constam pareceres favoráveis à inclusão do Inep entre as instituições voltadas à pesquisa científica e tecnológica. Um deles recebeu o aval de ninguém menos que o responsável pelo setor de recursos humanos do Ministério da Educação.

Nada mais justo. O Inep é uma instituição que, além de executar a pesquisa científica e tecnológica no setor educação desde 1938 – há, portanto, 58 anos –, coordena em âmbito nacional a pesquisa educacional de caráter científico e tecnológico. Tem relevantes atividades em todos os Estados brasilei-

ros. Os trabalhos por ele executados, nunca é demais lembrar, têm merecido aplausos nacionais e internacionais.

Com o cochilo da Lei nº 8.691, não só os funcionários são prejudicados. Haverá sérios danos ao trabalho de coordenação da pesquisa em nível nacional. Não é difícil descobrir por quê.

Sem um órgão aglutinador, amparado em sólido e renovado sistema de recursos humanos, tal como o definido na Lei nº 8.691, os trabalhos de investigação sobre assuntos educacionais se dispersarão pelos inúmeros órgãos estaduais e municipais. E, é sempre bom lembrar, perderão o caráter científico-tecnológico.

O preço a se pagar será alto. Muito alto. Além da queda da qualidade do produto – crucial para o desenvolvimento da educação em nosso País –, se registrará considerável perda financeira. Primeiro, por causa do desperdício das verbas, que se perderão pelos conhecidos ralos das burocracia, da intermediação e da falta de escrúpulos e de seriedade.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, reagir é preciso. Os sinos dobrarão por nós caso seja mantida a injustificada omissão do art. 1º da Lei nº 8.691/93.

O primeiro passo é o despacho do Processo 4604000837/93-80, que, repito, aguarda uma decisão há três anos.

Feito isso, abrir-se-á caminho, talvez, para a edição de medida provisória. Esse instituto legal, dado o poder da rapidez de que desfruta, é capaz de corrigir, com a urgência devida, a injustiça cometida contra os funcionários do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Só assim não nos tornaremos exemplo da ameaça referida por Martin Luther King: "a injustiça em qualquer lugar", disse ele, "é uma ameaça à justiça por toda parte".

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara, por 20 minutos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje quero assinalar a abertura, logo mais, no início da noite, da XV Feira do Livro de Brasília, acontecimento de grande importância, que deverá se estender até o próximo sábado, dia 2, com a presença de muitos escritores, intelectuais, e com estandes de várias editoras. Certamente, será uma festa da cultura, da inteligência, e mais uma ocasião para a divulgação de livros, de obras de grandes autores e para a consolidação do nosso desenvolvimento cultural.

Alliás, há de se registrar que, nos últimos anos, não só em Brasília, mas em várias cidades ocorrem eventos dessa natureza, como a tradicional Feira do Livro de Porto Alegre, a Feira do Livro de Fortaleza, a Feira do Livro de Salvador, a Bienal do Livro, em São Paulo, e a grande Feira do Livro, no Rio de Janeiro. Todos esses eventos acontecem num contexto de grande desenvolvimento da indústria editorial brasileira, com o aparecimento de novos títulos e o lançamento de um maior número de livros, sobretudo a partir de uma grande venda de livros de autoajuda, livros místicos, livros de natureza religiosa.

Sem dúvida nenhuma, esse movimento é salutar e assinala uma grande preocupação de diversos setores do Governo e da sociedade com o desenvolvimento da cultura brasileira.

Há pouco tempo, por decisão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi instalada uma Câmara Setorial do Livro, no Ministério da Cultura, para estudar mecanismos de estímulo à indústria editorial, considerando que, apesar de algumas isenções de impostos, por várias razões, o livro, no Brasil, é muito caro. Comparando-se o preço do livro no Brasil com o do livro no exterior, vamos verificar que o brasileiro ainda é muito caro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o brasileiro não compra livro porque é caro, e é caro porque, entre outros fatores, as tiragens são muito pequenas. A cadeia envolvida no processo de elaboração do livro até sua venda final – o autor, o editor, o distribuidor, o livreiro – não se entende e, consequentemente, há pontos de estrangulamento que levam ao seu encarecimento.

Essa Câmara Setorial do Livro está justamente discutindo todos esses aspectos com os interessados, buscando uma solução que leve a um maior estímulo, a um maior incentivo à indústria editorial e ao barateamento do livro, inclusive aumentando as compras governamentais, no sentido de implantar e instalar bibliotecas em todos os recantos do Brasil, até mesmo nos lugares mais distantes. Quem tem um livro nas mãos

pode mudar o seu destino, razão que nos leva a investimento.

A propósito desse tema, gostaria de me referir a uma notícia que saiu no novo jornal semanário **Se7e Dias da Semana**, editado em Brasília, na edição desta semana. Na página 8, há uma notícia muito interessante:

*"Bill Clinton
3 Bilhões de dólares para incentivo à leitura – por quê?"*

Vou me permitir ler um trecho da matéria e depois comentar alguns aspectos.

"A revista norte-americana **"The Economist"** noticiou, recentemente, o propósito do presidente Bill Clinton de, nos próximos anos, investir 3 bilhões de dólares em programas de incentivo à leitura. Convocar 1 milhão de voluntários para auxiliar os 30 mil especialistas em leitura que serão contratados pelo poder público é uma das metas do presidente americano. Motivo: a preocupação de que os americanos possam ler e ler apropriadamente.

Esse programa, posto em prática, será uma força extraordinária pelo retorno que vai dar em termos econômicos e culturais, à nação mais poderosa do planeta.

E nós, perguntamos? Será que não é a hora de toda a sociedade brasileira dar as mãos para executar uma grande campanha contra a ignorância, com medidas práticas e eficazes?

Nosso ministro da Educação foi um dos primeiros a detectar, na instauração da Câmara Setorial do Livro, a aberração das bibliotecas públicas, de considerarem o livro como material permanente."

Esse é um defeito da nossa legislação de licitações, da parte administrativa, que considera o livro um material permanente, o que dificulta muito o seu processo de aquisição.

"Se alarmos a esse fator a total falta de recursos para as bibliotecas, o limitado número de livrarias brasileiras que estão morrendo ou transformando-se em papelarias, o elevado preço do livro restrito às elites, a falta de bibliotecas escolares-comunitárias (uma idéia pela qual lutamos) e a deficiência de leitores em todas as áreas, levam-nos a conclusões estarrecedoras.

A mídia falada e escrita precisa tomar consciência que o seu papel é fundamental para levar o Brasil a patamares mais elevados de leitura essencial ao desenvolvimento. Os jornalistas precisam estar mais atentos ao fato de que sua profissão corre perigo numa sociedade quase ágrafo. A sociedade como um todo precisa empenhar-se nessa luta pelo incentivo à leitura como alicerce ao conhecimento que gera desenvolvimento. Como será possível pensar-se em ciência e tecnologia sem uma base de prática de leitura como atividade reflexiva?

Deformados pela cópia indiscriminada de textos visando resultados escolares e pelas apostilas medíocres, os nossos estudantes cada vez mais cedem à preguiça intelectual gerada pela informação audiovisual que, podendo ser uma ferramenta poderosa de incentivo ao conhecimento, transforma-se num amontoado de receitas fáceis para conhecimentos superficiais.

Mas será que interessa mesmo ensinar a ler e a fazer ler? Talvez muitas das nossas elites achem mais fácil manobrar um povo ignorante sem saber que sua própria sobrevivência, no próximo milênio, estará intimamente ligada à disseminação universal do conhecimento em todas as áreas capacitando o povo para maior produção, mais empregos e melhores salários.

De Norte a Sul, e de Leste a Oeste, é necessário conamar nossos responsáveis a terem uma visão mais lúcida do que representa o saber moderno, que não admite mais a leitura sem reflexão. Milhares de empregos estão à disposição sem ter quem os preencham. A reciclagem permanente em todas as profissões é ainda uma utopia mas cada vez mais está se impondo como um programa político de todo o governante que realmente ame a sua terra, o seu país. E nisso, Bill Clinton aponta-nos um caminho.

Estamos fazendo a XV Feira do Livro de Brasília e III Feira Internacional de Cultura, Comunicação e Turismo Cultural. Sem recursos evidentemente. Mas a homenagem que queremos prestar às nossas bibliotecárias escolares, aos nossos professores, por mais singela que seja, é uma atitude de quem acredita no seu povo, na sua ener-

gia criadora, no seu desejo de vencer os desafios do futuro. É o sonho de alguns de nós — Brasília, capital de leitores, num Brasil que precisa de mais do que esperança.

Victor Alegria"

Então, estamos vendo aqui a abordagem de alguns tópicos em relação a essa questão da maior importância, feita por Victor Alegria, um editor de Brasília. Primeiro, o predomínio da oralidade. Quer dizer, hoje, lê-se pouco, escreve-se pouco, e ouve-se rádio, assiste-se televisão; por isso, escreve-se muito mal.

Nós conhecemos pessoas dotadas de alto conhecimento na sua área específica, como cientistas, homens de grande conhecimento tecnológico, pessoas que, reconhecidamente, dominam a sua área, o seu campo de trabalho e atuação, mas que são incapazes de fazer um bilhete, pois não só cometem erros crassos de ortografia como escrevem trechos ilegíveis, incomprensíveis, sem qualquer integração, um texto realmente imprestável do ponto de vista da linguagem e da harmonia. E tudo isso por quê? Porque se lê cada vez menos e se escreve cada vez menos.

O domínio da oralidade, os meios de comunicação audiovisuais, a realização de provas e exames, hoje, são meros testes de múltipla escolha, em que não se requer um mínimo de texto de quem está se submetendo a eles, para que se possa, inclusive, apurar a capacidade da pessoa se expressar por escrito, de maneira inteligível, compreensível e correta.

Na base de tudo isso, está, sem dúvida alguma, a falta de leitura que, cada vez mais, está relegada a um plano secundário. E não é só pelo fato de que o mundo moderno, a complexidade da vida moderna, as demandas que todos nós recebemos terminam tirando, roubando o nosso tempo para a leitura. Não é só por isso. É porque há realmente um desestímulo, não há incentivo para a leitura.

Mesmo aqui no Brasil, o Governo brasileiro tinha um programa que se chamava Pro-Ler, do Ministério da Cultura, ligado à Biblioteca Nacional, com o objetivo de fazer justamente o que o Presidente Bill Clinton está querendo fazer nos Estados Unidos, gastando US\$3 bilhões com 30 mil especialistas em leitura e um milhão de voluntários, porque comprehende que esse problema precisa ser encarado como algo fundamental. É até a preservação da nossa língua. Diz respeito, inclusive, à nossa cultura, à nossa integridade como nação, como uma sociedade de justa, desenvolvida e culta.

A propósito da destinação de recursos e de verbas para o Pro-Ler, para a Biblioteca Nacional, houve um desentendimento entre o então Diretor da Biblioteca Nacional, Afonso Romano de Santana, e o Ministro Weffort. O primeiro terminou sendo exonerado, e o Pro-Ler, pelo menos até onde sei, desestruturou-se, perdeu o seu ímpeto, o seu dinamismo, e regredimos em relação a essa necessidade de difundir, de apoiar e de estimular o hábito da leitura.

Sr. Presidente, nesta manhã de sexta-feira, alerto para a importância da inauguração, da abertura, logo mais à noite, da Feira do Livro de Brasília, até porque temos na Presidência da República um intelectual. O Presidente Fernando Henrique Cardoso é um professor universitário, autor de vários livros, de várias obras. Também temos um Ministro da Cultura muito preparado, competente, Francisco Weffort.

Dessa forma, não podemos incorrer nesse erro de desativar ou, pelo menos, de não prestigiar o Pro-Ler, na medida em que esse é um programa de apoio ao hábito da leitura, de recrutamento de pessoas para essa tarefa, que é necessária, urgente, e tem um caráter cultural muito importante, pois está ligada mesmo à nossa vida como Nação, como País, ao nosso desenvolvimento e ao nosso futuro como uma sociedade que almeja o progresso e a justiça social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Bonifácio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Joel de Hollanda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Melo. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Os Srs. Senadores Ademir Andrade e Odacir Soares encaixaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, eu gostaria de saber como está neste momento o candidato a Presidente Fernando Henrique Cardoso. Como está sua consciência diante do seu ato em utilizar as Forças

Armadas Brasileiras e a Polícia Federal para desalojar os garimpeiros. Eu gostaria de saber se este sociólogo assistiu ontem o Jornal Nacional da TV Globo e viu a forma covarde e humilhante como os brutamontes da Polícia Federal trataram os garimpeiros, cidadãos brasileiros que buscam uma oportunidade na vida. Oportunidade que o Presidente-candidato não conseguiu criar.

O Presidente que lutou contra a ditadura hoje se torna um ditador, se empolgou com o cargo ou com sua professsa sabedoria, e hoje acha que pode tudo. Mente à Nação brasileira informando que a Vale do Rio Doce descobriu uma mina de 150 toneladas de ouro em Serra Leste, quando na verdade, a Vale apenas dimensionou a quantidade de ouro existente em Serra Pelada. Diz que está cumprindo decisão judicial, quando na verdade a causa foi levantada pelo próprio governo pois a Vale ainda é uma estatal, que o candidato-Presidente quer entregar ao capital multinacional, e por isso tem que desalojar os garimpeiros.

O que assisti ontem na televisão foram as máquinas da Vale destruiram as propriedades coletivas dos garimpeiros, seu local de reuniões o palanque de realização das suas assembléias, foram os monstros insensíveis (porque seres humanos não agem desta forma) da Polícia Federal xingarem, empurrarem e humilharem de maneira vil centenas de garimpeiros. Será que o Presidente-candidato não tem vergonha? Ele que tanto lutou contra a violência e o arbítrio, agora vê a polícia sob seu comando fazer exatamente a mesma coisa ou será que a ordem judicial era também para destruir propriedades da Cooperativa dos garimpeiros da Serra Pelada?

O candidato-Presidente deve estar cego. Veja se acorda. Ele que só sabe conversar bonito e apresentar programas que não se concretizam nunca. Aqueles 19 trabalhadores rurais mortos no Pará também são da sua responsabilidade, pois foram mortos depois de esperarem uma solução para o seu problema por dois anos e quatro meses (um ano e quatro meses no seu governo) e caso não saiba eu lhe informo que aqueles sem-terra do Pará iniciaram sua luta quando a Vale do Rio Doce os expulsou das suas terras, para ficar com as terras que hoje o Presidente-candidato insiste em vender. Quem vai ser dono delas: os australianos ou os japoneses?

Eu estou indignado, revoltado. Vejo o Congresso Nacional desrespeitado, desconsiderado pelo candidato-Presidente. Sinto vergonha de ver o meu País com um Presidente como este, mas eu acredito

na política, e na capacidade do povo de aos poucos compreendê-la e por meio dela buscar a justiça, que neste momento está sendo pisada e massacrada pelo poder econômico.

Lamento que o Governo do meu estado permita esta intervenção branca e lave as mãos como Pilatos, diante da barbaridade que está se cometendo. O Governo do Pará deveria colocar todo o seu corpo jurídico para dar cobertura aos garimpeiros ou utilizar de sua força política (que percebemos hoje inexistente) para obrigar a Vale a negociar com os verdadeiros donos deste ouro uma indenização justa.

Da nossa parte tudo faremos para minimizar este ato de covardia e barbárie e para libertar os garimpeiros presos de Serra Pelada.

O SR. ODACIR SOARES (PFL – RO) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, volto a dedicar-me ao tema da Reforma Agrária, complementando as informações trazidas a esta Casa no dia 22 de outubro. O Relatório Final do Projeto BRA 87/022, "Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária", na abordagem que hoje faço, enfoca os temas: indicadores comparativos de desempenho sócio-econômico, capitalização nos assentamentos, distribuição de renda, desistência e abandonos e conclusões e recomendações.

Os dados de renda dizem respeito à situação dos assentamentos em si. Embora sejam bastante significativos em termos de valores absolutos, para ganhar relevância analítica precisam ser comparados com o contexto regional e nacional.

Por outro lado, existem certos indicadores sociais, como os de mortalidade infantil, os de situação de emprego anterior ao assentamento e os de força de trabalho absorvida nas atividades agrícolas, que permitem completar o quadro da situação atual dos beneficiários da reforma agrária em relação a sua situação anterior.

Cabe assinalar, Sr. Presidente, que a maior parte (90%) dos assentados declarou que a sua situação melhorara em relação ao período anterior.

Cálculos e estimativas realizadas no Brasil com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, coligidos por Hoffman, em 1985, estabelecem a linha de pobreza em um salário mínimo por família.

A metodologia da definição das chamadas linhas de indigência e de pobreza, têm por base o custo de uma cesta básica de alimentos, cuja composição varia de acordo com a região e que atende aos critérios nutricionais recomendados pela Organiza-

ção Mundial de Saúde (OMS) e pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

A linha de indigência definida pela CEPAL corresponde ao valor da cesta básica mensal. Assim, são considerados indigentes todos aqueles cuja renda dá apenas, e na melhor das hipóteses, para garantir a alimentação adequada, ou seja, para adquirir uma cesta básica.

A linha de pobreza corresponde a um nível de renda que permite cobrir, além do custo da cesta de alimentos, outras necessidades básicas, como saúde, educação, habitação, transporte e vestuário.

Verifica-se que os assentados da reforma agrária superaram amplamente, em média, o patamar de um salário mínimo mensal, atingindo valores semelhantes à renda média nacional das famílias.

Deve-se assinalar que a renda média nacional das famílias inclui as rendas urbanas, que sobrejamente são superiores às rendas rurais, como também as rendas das famílias de classes média e alta da sociedade.

Ao se comparar a renda média por trabalhador (renda total dividida pelo número de pessoas que trabalham na família do assentado pelo projeto de reforma agrária) com o salário de um mensalista na agricultura ou com os salários médios de um capataz, tratorista, administrador e mensalista, obtém-se também valores parecidos.

A renda obtida por um trabalhador dentro de um assentamento de reforma agrária foi superior ao salário ganho por um mensalista, de acordo com os dados da Fundação Getúlio Vargas. Quando se compara com o mix de salários agrícolas, comprova-se que os resultados dos assentamentos ficam um pouco abaixo dessa média, com exceção dos Estados do Sul, que superaram essa média.

Esse dado comparativo mostra que o custo de oportunidade gerado pelos assentamentos foi bastante alto, ou seja, consegue-se uma renda igual ou maior à de um mensalista e levemente inferior ao mix de salários, nestes incluídos os salários altos dos administradores.

No que diz respeito à comparação da situação atual dos beneficiários da reforma agrária com a sua situação anterior, existem indícios de que a vida deles experimentou uma melhora significativa. Primeiro, por causa de sua situação de emprego anterior, que na maioria dos casos era do tipo de subemprego ou desemprego (empregos temporários, biscoates, bôia-fria).

Apenas 13,4%, Sr. Presidente, dos assentados em projetos de reforma agrária eram proprietários ou posseiros antes de entrar no assentamento, ou seja, já possuíam algum recurso de terra.

Sendo assim, pode-se afirmar categoricamente que na reforma agrária brasileira os beneficiários foram, no geral, os que realmente precisavam de terra, tendo ocorrido uma melhora apenas com a transferência patrimonial realizada com a entrega do lote de terras a eles.

Do ponto de vista social, existem alguns indicadores que mostram que a situação nos assentamentos é melhor do que na sociedade em geral. Os dados do UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância revelam uma taxa de mortalidade para o Brasil de 53 crianças mortas por cada mil nascidas, enquanto que, nos assentamentos, a taxa teria sido de 50 por mil.

Em resumo, os resultados da pesquisa do Projeto BRA 87/022 sugerem que os assentamentos de reforma agrária representaram uma melhoria significativa dos seus beneficiários, tanto em termos de superação da pobreza rural, como no que diz respeito à situação de emprego e mortalidade infantil.

É importante assinalar que a situação em média descrita não reflete a situação de todos os assentados, exatamente por se tratar de média. Internamente aos assentamentos existem importantes disparidades de renda, geradas por fatores passíveis de serem quantificados e por outros motivos de ordem subjetiva.

Há um alto grau de diferenciação entre as famílias num assentamento. Verifica-se que existem três grupos de rendas bem diferentes:

a) – um grupo de famílias, formado por aproximadamente 15% do total, que sobrevive com menos de um salário mínimo de renda total (incluindo todas as atividades);

b) – um segundo grupo, de 40% das famílias, cuja renda oscila entre um e três salários mínimos por família;

c) – um terceiro grupo, formado por 45% das famílias, que ganha mais de três salários mínimos em média.

A distribuição descrita, Senhor Presidente, varia entre as diferentes regiões, sendo que o Nordeste apresenta uma situação bastante distante das médias: apenas 25,5% superam os três salários mínimos, e a maior parte se encontra entre um e três salários mínimos de renda total por família. No Sul, verifica-se a melhor situação em termos de distribuição de renda, sendo que a maior parte, 76%, superou os três salários mínimos e apenas 5% ficaram abaixo de um salário mínimo.

A divisão das rendas familiares totais em grupos de renda sugere a existência de três categorias bem definidas dos assentados:

a) – Os beneficiários da reforma agrária que não têm conseguido desenvolver uma atividade produtiva e que se mantêm abaixo da linha da pobreza- setor pobre ou marginalizado.

b) – Um grupo cujas rendas oscilam entre um e três salários mínimos por mês.

c) – O grupo de rendas mais altas, maiores de três salários mínimos por mês, que consegue produzir regularmente quantidades razoáveis de produtos de origem agrícola ou animal.

É importante indicar que a reforma agrária conseguiu criar um subsetor de agricultores familiares comerciais, da ordem de 45% do total dos beneficiários de terra -- somando em torno de 45 mil famílias, considerando um universo de 100 mil famílias assentadas até 1990.

Por outro lado, este processo não melhorou a situação de uma parcela de assentados, em torno de 15%, que ficaram, por diversos motivos, marginalizados do processo produtivo após três anos da implantação da reforma agrária. Este setor aparentemente não estaria em condições de progredir e provavelmente desistirá da vida no campo, abandonando ou vendendo os seus lotes.

Numa faixa intermediária estão os agricultores que estariam em vias de integração, que varia entre 50% no Nordeste a 19% no Sul. Dependendo das condições climáticas e do apoio que recebam no futuro, poder-se-á transferir, ao menos uma parte deles, para o setor dos agricultores comerciais.

A análise feita e os conhecimentos acumulados como resultado da pesquisa do Projeto BRA 87/022 sugerem que o padrão de vida nos assentamentos é melhor do que nas áreas que os rodeiam, o que era lógico de acontecer ao se considerar que os assentamentos de reforma agrária receberam apoio das instituições governamentais, enquanto que nas áreas de pequena produção ou de posseiros e arrendatários rurais prima a absoluta incerteza.

Uma das críticas mais importantes que tem sido feita à política de assentamentos rurais diz respeito à problemática de abandono da terra e venda de lotes por parte dos beneficiários desta política.

Os debates acontecidos, Sr. Presidente, sobre este assunto têm caído, por falta de dados consistentes, ora no alarmismo e derrotismo, com apreciações exageradas acerca do total abandono e reconcentração de terras supostamente acontecido, ou, de outro lado, no defensismo ingênuo e negador de

uma realidade que existe, e que se materializa na frequente venda dos lotes nos assentamentos.

A pesquisa procurou contabilizar as desistências ocorridas no período de vida dos assentamentos visitados, e alinhar alguns fatos que permitem avançar na explicação do fenômeno.

O percentual médio de desistência nos assentamentos de reforma agrária foi aproximadamente de 22% em relação ao número original de beneficiários. Verifica-se, em alguns casos, percentuais relativamente altos, como nos assentamentos do Pará (Carajás II e III; Manuel Crescêncio e Colônia Reunida). Nestes casos, as desistências estão aparentemente relacionadas com a questão do meio ambiente e do desmatamento.

O ciclo tradicional da pequena agricultura na região Amazônica pode ser, em grandes rasgos, assim caracterizada:

1^a fase – Após o recebimento da terra (ou a ocupação no caso dos posseiros) efetua-se a abertura da área por meio do desmatamento. Este desmatamento cumpre a dupla função de viabilizar um futuro plantio e de gerar alguma receita com a venda da madeira, que garanta a sobrevivência da família durante este período.

2^a fase – O agricultor efetua o plantio de cereais, geralmente arroz, na área desmatada. Por causa da distância e da falta de meios de transporte o agricultor não realiza ganhos significativos, que de fato são internalizados pela estrutura de comercialização atuante. Esta situação vê-se agravada com o declínio da fertilidade da terra nos lotes.

3^a fase – Decepionado com a lavoura, o agricultor forma pastos nas terras do arroz e muda de atividade. Abrem-se três leques de possibilidades: a) vende ou arrenda o lote para fazendeiros pecuaristas; b) ele próprio se dedica à pecuária; c) dedica-se à venda de madeira de forma crescente.

Obviamente que estas alternativas podem acontecer de forma combinada, ou seja, arrendando parte das terras, cortando madeira, e colocando gado para pastar nelas.

Acredita-se que a promoção de atividades de incentivo à comercialização com menor incidência de intermediários permitirá internalizar uma parcela de renda maior dentro dos assentamentos, evitando-se ou minimizando-se, desta forma, o abandono da agricultura, ou a venda da área para fazendeiros que são os que depois vão realmente desmatar grandes extensões.

As atividades de desenvolvimento auto-sustentado, com a combinação da lavoura, da pecuária,

dos cultivos permanentes (café, cacau, pimenta-negra) e da extração seletiva de madeira podem aumentar a renda dos agricultores, como um fundo de reserva de valor que eles possuem na floresta, que lhes serve para afrontar necessidades eventuais ou mesmo para pagar pelo título da terra.

No geral, os percentuais de desistências não têm sido muito altos, em torno de 20%, e coincidem com aquele estrato da população que ganha menos de um salário mínimo. Uma parcela dos assentados fica marginalizada e provavelmente abandonará a terra, fato este que não atenta ou diminui o valor do programa de reforma agrária, já que garantiu a retenção de um percentual de colonos importante na terra, promovendo o desenvolvimento social e econômico de uma parcela considerável da população assentada.

A reconcentração de terra, quando se verifica, não implica a volta automática à situação prévia à desapropriação. As informações recolhidas no campo demonstram que uma parte das vendas acontece entre colonos, ou seja, beneficiários originais vendendo para agricultores "sem-terrás" da redondeza, que não deixam de ser clientes potenciais e por vezes melhores que os originalmente selecionados.

Pode-se afirmar, Sr. Presidente, que nos assentamentos visitados, apesar de suas inúmeras carencias, um número considerável dos beneficiários originais tem preferido ficar na terra a migrar para as cidades, provavelmente devido à baixa absorção de força de trabalho que se verifica atualmente, ou a migrar para outras regiões onde não teriam acesso à terra.

Importante contribuição deixou a pesquisa efetivada pela FAO, como órgão executor do projeto e o PNUD, como órgão financiador, ao elencar diversas recomendações de política agrária para o País, das quais se destacam:

1) – O programa de assentamento de populações rurais de baixa renda nas áreas desapropriadas pelo INCRA revelou-se eficaz na promoção do desenvolvimento rural e na fixação do homem no campo. A pesquisa mostrou que os beneficiários da distribuição de terras geraram, em média, uma renda mensal por família equivalente a 3,70 salários mínimos, valor este superior à média de renda passível de ser obtida por qualquer categoria de trabalhadores rurais no campo.

Recomenda-se a expansão deste programa, de forma tal que permita incorporar maior número de famílias de baixa renda, evitando-se assim o isolamento dos assentamentos num contexto de pobreza rural.

2) – Verificou-se a existência de um marcado processo de integração nos mercados, principalmen-

te entre as famílias de maior renda, o que revela que os assentamentos, além de colaborarem no aumento da produção de alimentos, foram eficientes em desenvolver um setor de agricultura comercial.

Recomenda-se concentrar esforços e investimentos no sentido de eliminar os obstáculos que existem para uma mais eficiente integração, principalmente no que diz respeito à estrutura de comercialização.

3) – Constatou-se que a produtividade, em geral, dos assentamentos é baixa, quando comparada ao contexto regional. Surgiram evidências também que mostraram a existência de dificuldades na relação com o meio ambiente, principalmente na região Amazônica.

Recomenda-se que as atividades de assistência técnica levem em consideração o objetivo de incentivar o aumento da produtividade da terra, sem incidir negativamente na relação com a natureza.

A aplicação de métodos agrícolas baseados no conceito de desenvolvimento auto-sustentado pode ser de grande ajuda no melhoramento tanto da produtividade, como no que diz respeito à utilização não predatória da natureza.

4) – A pesquisa revela que, embora tenham sido realizadas obras de captação de água em algumas regiões, foi tênue a atividade de canalização de água e irrigação nas áreas passíveis de cultivo.

O Nordeste, carecendo destas obras em quantidade suficiente, ressentiu-se em termos da renda gerada por família, o que pode ameaçar o futuro do programa na região.

Em resumo, Sr. Presidente, pode-se dizer que a continuação do programa de assentamento de populações rurais de baixa renda, realizado de uma forma pragmática e bem organizada, resultará no melhoramento dos indicadores socioeconômicos do setor rural do Brasil e da sociedade como um todo.

"Não aguento a fome
Não há mais perdão
Deus dorme nos ares
O chefe nas camas
Acordo no chão
Eu quero o meu pão"
(Mário de Andrade, "Café")

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos. Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 9h22min.)

ATA DA 174ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 1996

(Publicada no DSF, de 23 de outubro de 1996)

RETIFICAÇÕES

No sumário da Ata, 2ª coluna, no item 1.2.6 – Apreciação de matérias,

Onde se lê:

Diversos nº 88/96, com manifestação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional favorável à participação desta Casa na Sexagésima Quinta Sessão da Assembléia Geral da Organização Internacional de Polícia Criminal – INTERPOL, a realizar-se em Antalya, Turquia, no período de 19 a 23 do corrente. **Aprovado**, sendo designado para a referida missão o Sr. Romeu Tuma.

Lela-se:

Diversos nº 88/96, com manifestação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional favorável à participação desta Casa na Sexagésima Quinta Sessão da Assembléia Geral da Organização Internacional de Polícia Criminal – INTERPOL, a realizar-se em Antalya, Turquia, no período de 23 a 29 do corrente. **Aprovado**, sendo designado para a referida missão o Sr. Romeu Tuma.

No texto da Ata, na fala do Presidente, página 17340, 1ª coluna,

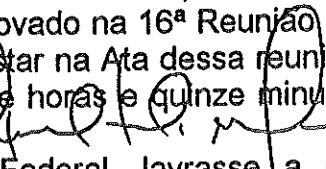
Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (José Saneys) – Em sessão anterior, foi lido o Ofício nº 29, de 1996, do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o processo Diversos nº 88, de 1996, comunicando que esse Órgão Técnico manifestou-se favoravelmente à participação desta Casa na 65ª sessão da Assembléia Geral da Organização Internacional de Polícia Criminal – Interpol, a realizar-se em Antalya, na Turquia, no período de 19 a 23 do corrente.

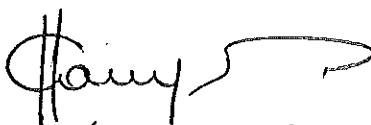
Lela-se:

O SR. PRESIDENTE (José Saneys) – Em sessão anterior, foi lido o Ofício nº 29, de 1996, do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o processo Diversos nº 88, de 1996, comunicando que esse Órgão Técnico manifestou-se favoravelmente à participação desta Casa na 65ª Sessão da Assembléia Geral da Organização Internacional de Polícia Criminal – Interpol, a realizar-se em Antalya, na Turquia, no período de 23 a 29 do corrente.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 1996

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de outubro de mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores Júlio Campos, Segundo Vice-Presidente, no exercício da Presidência; Odacir Soares, Primeiro-Secretário; Renan Calheiros, Segundo-Secretário; e o Suplente, Senador Ney Suassuna. Declarados abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, passa-se à apreciação da seguinte pauta: Item 1: Requerimento nº 995, de 1996, que trata de solicitação do Senador Francelino Pereira de transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "Geisel e os caminhos da abertura", de autoria do Senador José Sarney, publicado no jornal *O Globo*. Aprovado. Item 2: Requerimento nº 996, de 1996, que trata de solicitação do Senador Francelino Pereira de transcrição, nos Anais do Senado Federal, do pronunciamento do Deputado Paulo Piau, feito na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, sobre as eleições municipais deste ano, na cidade de Uberaba. Aprovado. Item 3: Processo nº 019209/93-2 e anexos, que trata de solicitação de Frederico da Gama Cabral Filho e outros servidores com Pareceres favoráveis da Advocacia do Senado Federal e da Secretaria de Controle Interno do Senado Federal. Aprovado. Item 4: Solicitação do Senhor Senador Odacir Soares para que seja submetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, consulta a respeito da aplicação no Senado Federal da Medida Provisória nº 1.522, publicada no Diário Oficial da União de 14 do corrente mês. Aprovada. Item 5: Inclusão na Ata da Comissão Diretora do Ato nº 19/96 da Comissão Diretora, que dispõe sobre os atuais ocupantes de cargos integrantes da categoria de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Comunicação Social, que ficam reposicionados na Tabela de Vencimentos de que trata o art. 13, da Resolução nº 42, de 1993, para o Padrão 45, que havendo sido aprovado na 16ª Reunião Ordinária realizada em 17 de outubro de 1996, deixou de constar na Ata dessa reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às onze horas e quinze minutos, declarou encerrada a reunião, determinando que eu,  (Agaciel da Silva Maia), Diretor-Geral do Senado Federal, lavrasse a presente Ata que, após aprovada, vai assinada pelo Presidente.

Senado Federal, 24 de outubro de 1996



Senador JÚLIO CAMPOS
Segundo Vice-Presidente, no exercício da Presidência

MESA
 Presidente
 José Samey – PMDB – AP
 1º Vice-Presidente
 Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL
 2º Vice-Presidente
 Júlio Campos – PFL – MT
 1º Secretário
 Odacir Soares – PFL – RO
 2º Secretário
 Renan Calheiros – PMDB – AL
 3º Secretário
 Levy Dias – PPB – MS
 4º Secretário
 Emanedes Amorim – PMDB – RO
 Suplentes de Secretário
 Antônio Carlos Valadares -- PSB – SE
 Eduardo Suplicy – PT – SP
 Ney Suassuna – PMDB – PB
 Emilia Femandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
Corregedor
 (Eleito em 16-3-95)
 Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos
 (Eleitos em 16-3-95)
 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS
 2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE
 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR
 (Designação: 16 e 23-11-95)
 Nabor Júnior – PMDB – AC
 Waldeck Omelas – PFL – BA

Emilia Femandes – PTB – RS
 José Ignácio Ferreira – PSDB – ES
 Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
 Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes
 José Roberto Arnuda – PSDB – DF
 Vilson Kleinübing – PFL – SC
 Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
 Jáder Barbalho

Vice-Líderes
 Nabor Júnior
 Gerson Camata
 Carlos Bezerra
 Ney Suassuna
 Gilvam Borges
 Fernando Bezerra
 Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL

Líder
 Hugo Napoleão
 Vice-Líderes
 Edison Lobão
 Francelino Pereira
 Joel de Holanda
 Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
 Sérgio Machado
 Vice-Líderes

Geraldo Melo
 José Ignácio Ferreira
 Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB

Líder
 Epitacio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT

Líder
 José Eduardo Dutra

Vice-Líder
 Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB

Líder
 Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT

Líder
 Júnia Marise

Vice-Líder
 Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB

Líder
 Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS

Líder
 Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL

Líder
 Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

Titulares

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Élcio Álvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. Lúcio Alcântara
2. (vago)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Emilia Fernandes

1. Marina Silva

1. Darcy Ribeiro

PMDB

Suplentes

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleindubing
4. José Bianco

PSDB

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

PTB

1. Artindo Porto

PT

1. Lauro Campos

PDT

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: **ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)**
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: **EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)**
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: **ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)**
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: VAGO *1
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92
JADER BARBALHO	PA-3051/53
RAMEZ TEBET	MS-2221/22
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
4-SILVA JÚNIOR	PB-2421/22
5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
6- HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/42
7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
8-VAGO	
PFL	
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
BELLO PARGA	MA-3069/70
FREITAS NETO	PI-2131/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB	
BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62
VAGO *1	
GERALDO MELO	RN-2371/72
OSMAR DIAS	PR-2121/22
1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT	
LAURO CAMPOS	DF-2341/42
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15
1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
2- VAGO	
PTB	
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146
	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA
	PR-4059/60
PDT	
JÚNIA MARISE	MG-4751/52
	1-SEBASTIÃO ROCHA
	AP-2244/46
PSB	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
	1-ANTONIO C. VALADARES
	SE-2201/04

*1 - aguardando indicação da liderança, tendo em vista que o Senador JOSÉ SERRA - titular da cadeira - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA N° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
 (29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97
GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27
MAURO MIRANDA	GO-2091/97
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	
VAGO	
PFL	
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BELLO PARGA	MA-3069/72
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17
EDISON LOBÃO	MA-2311/17
VAGO	
PSDB	
BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
CARLOS WILSON	PE-2451/57
OSMAR DIAS	PR-2121/22
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77
PT	
MARINA SILVA	AC-2181/87
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31
PSB	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
 FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
 FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
IRIS REZENDE	1- VAGO
SILVA JÚNIOR	2-PEDRO SIMON
ROBERTO REQUIÃO	3-GILVAN BORGES
JOSÉ FOGAÇA	4-CARLOS BEZERRA
RAMEZ TEBET	5-GILBERTO MIRANDA
FERNANDO BEZERRA	6-HENRIQUE LOYOLA
NEY SUASSUNA	7-VAGO
PFL	
GUILHERME PALMEIRA	1-ELCIO ALVARES
EDISON LOBÃO	2-CARLOS PATROCÍNIO
JOSÉ BIANCO	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
BERNARDO CABRAL	4-BELLO PARGA
FRANCELINO PEREIRA	5-JOSÉ AGRIPINO
JOSAPHAT MARINHO	6-FREITAS NETO
PSDB	
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	1-BENI VERAS
LÚCIO ALCÂNTARA	2-ARTUR DA TÁVOLA
JEFFERSON PERES	3-VAGO
SÉRGIO MACHADO	4-VAGO
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1-SANDRA GUIDI
PT	
JOSÉ EDUARDO DUTRA	1-BENEDITA DA SILVA
PTB	
REGINA ASSUMPÇÃO	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA
PDT	
DARCY RIBEIRO	1-JÚNIA MARISE
PSB	
ANTONIO C. VALADARES	1-ADEMIR ANDRADE
PPS / PSL	
ROBERTO FREIRE	1- VAGO
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA Indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
 FAX: 311-4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES		
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
RÂMEZ TEBET	MS-2222/23
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JADER BARBALHO	PA-2441/42
PFL	
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ ALVES	SE-4055/56
EDISON LOBÃO	MA-2311/12
PSDB	
CARLOS WILSON	PE-2451/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
SANDRA GUIDI	SC-4206/07
PT	
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16
PTB	
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
PSD / PPS	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
 SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
 TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
 TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
 FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	
PFL	
FREITAS NETO	PI-2131/2132
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199
PSDB	
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012
VAGO	
PPB	
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247
PTB	
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321
PT	
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397
PSB	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107
PPS / PSL	
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162
	1-ROBERTO REQUIÃO
	2-NEY SUASSUNA
	2-VAGO
	4-GILBERTO MIRANDA
	5-CARLOS BEZERRA
	6-VAGO
	7-VAGO
	1-CARLOS PATROCÍNIO
	2-JOSAPHAT MARINHO
	3-JONAS PINHEIRO
	4-GUILHERME PALMEIRA
	5-WALDECK ORNELAS
	6-JOSÉ ALVES
	1-GERALDO MELO
	2-CARLOS WILSON
	3-COUTINHO JORGE
	4-OSMAR DIAS
	1-JOSÉ BONIFÁCIO
	1-DARCY RIBEIRO
	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA
	1-MARINA SILVA
	1-VAGO
	1-ROMEU TUMA
	PR-2401/2407
	PB-4345/4346
	AM-3104/3106
	MT-2291/2297
	TO-4068/4069
	BA-3173/3174
	MT-2271/2277
	AL-3245/3247
	BA-2211/2217
	SE-4055/4057
	RN-2371/2377
	PE-2451/2457
	PA-3050/4393
	PR-2121/2127
	TO-2071/2077
	RJ-4229/4231
	PR-4059/60
	AC-2181/2187
	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
 TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
 FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/31
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41
ROMEO TUMA *1	SP-2051/57
PFL	
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
JOSÉ AGRIPIINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
PSDB	
GERALDO MELO	RN-2371/77
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT	
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
PSB / PPS	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
	ANTONIO C. VALADARES
	SE-2201/04

*1 - ROMEO TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA N° 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
 FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)

(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares	Suplentes
PMDB	Mariuca Pinto ¹ Roberto Requiro
PFL	Joel da Hollanda Júlio Campos
PSDB	Geraldo Melo
PPB	
PTB	

1. Pedro Simão substituído por Mariuca Pinto, em 2-10-95.

2. Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3. Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

4. Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

Ornato Dias²

PP

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares

Luciano Pizzatto
Paulo Bohnhausen

Suplentes

Antônio Ueno
José Carlos Vieira

Bloco Parlamentar PFL/PTB

Paulo Ritzel
Valdir Colatto

PMDB

Elias Abrahão
Rivaldo Macari

Franco Montoro

PSDB

Yeda Crusius

Fetter Júnior³

PPB

João Pizzolatti

Dilceu Sperafico

PP

Augustinho Freitas

Miguel Rossetto

PT

Luiz Meliardi



EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS